

O INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: RITUAIS DE SUBJETIVAÇÃO

Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado¹
Joaquim Cesar Cunha dos Santos²

RESUMO: Os intérpretes de Libras são profissionais que vêm ganhando força, de tal forma, que têm conquistado status profissional. Este texto trata-se de um recorte de uma pesquisa concluída e discute como esses profissionais, por meio dos rituais de passagem e aleturgias legitimam essa função subjetivando-se a serem intérpretes. Utiliza-se a pesquisa narrativa para entender os processos de ser e de vir a ser desses sujeitos. Usa-se como base a noção de *confissão*, ferramenta teórico-metodológica de inspiração foucaultiana. E analisa-se os dados partir das Tecnologias do Eu (LARROSA, 1994), mecanismos nos quais se produzem ou medeiam a experiência de si, a saber: a) mecanismos óticos; b) jurídico; c) moral; d) experiência de si e por fim, e) mecanismo prático. Ao trazer o tema neste trabalho, busca-se refletir sobre as práticas de subjetivação e, com isso, entender a possibilidade de sujeitos de ação na direção de sua prática profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Intérpretes de Libras. Surdos. Tecnologias do Eu.

ABSTRACT: Sign language interpreters are professionals gaining momentum in such a way to achieve professional status. This text represents a cut-off from a previous accomplished research and discusses how these professionals, through rites of passage and alethurgies legitimate this role subjecting themselves into interpreters. A narrative research is used to comprehend these individuals' process of can be or become. The definition of confession, theoretical-methodologic foucaultian inspired tool, is used as the research basis. The data is analyzed on the Technology of the Self (LARROSA, 1994), mechanisms through which experience of self is produced or mediated, as follow: a) optical mechanisms; b) statutory; c) moral; d) self-experience and at last, e) practical mechanism. As this theme is brought up to discussion, it is intended to ponder over subjecting forms and, hence, understand possibilities of acting individuals towards their professional practice.

KEYWORDS: Libras interpreters. Deaf. Technology of the Self.

¹ Professora e orientadora de mestrado do curso de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES) na linha de Educação Especial: Processos Inclusivos e professora colaboradora no programa de pós Graduação em Ensino e Educação (PPGEEDUC). DLL/ Ufes, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: luczarina@yahoo.com.br.

² Mestre em Educação .NAUFES/PROAECI/ Ufes, Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: cesar.cunha.ils@gmail.com.

Introdução

Com o objetivo de compreender como os sujeitos que atuam como intérpretes de Libras se constituem, este trabalho que é um recorte de uma pesquisa concluída traz uma reflexão sobre o papel desses cursos de formação de intérpretes de Libras³ na constituição da subjetivação desses profissionais.

Nossa hipótese é de que em diferentes momentos da aprendizagem e uso profissional ou não da Libras, esses sujeitos concluem que são intérpretes, e essa conclusão causa efeitos em sua atuação e sua vida profissional. Pensamos nesse sujeito que, em determinado momento de sua história, se constitui, se subjetivando intérprete de Libras assumindo para si essa responsabilidade que não se limita a uma formação acadêmica ou técnica como tradutor ou intérprete, sujeito que, muitas vezes, vai além de um envolvimento e comprometimento com a profissão e com a atividade de interpretação.

Independente da origem desse sujeito como usuário da língua de sinais (família de surdos, igrejas, cursos de formação ou de outros diferentes espaços), o objetivo geral é compreender como o sujeito intérprete de língua brasileira de sinais se constitui como tal e se reconfigura, seja egresso de famílias de surdos ou não, de instituições religiosas ou de outros diferentes espaços. A pergunta central do trabalho é: Como o sujeito se subjetiva Tradutor-intérprete de Língua de Sinais por meio dos rituais aletúrgicos⁴? E outras perguntas que permeiam a pesquisa: Como esse sujeito se subjetiva intérprete profissional? E como esse sujeito de atitude se constitui, com práticas que vão além do que os editais requisitam na função?

³ Vale aqui destacar que o intérprete atua com a forma oral e instantânea de tradução. Atuando na interpretação simultânea ou consecutiva das línguas envolvidas. **O tradutor** trabalha com o texto escrito e sempre terá mais tempo para consultar os instrumentos de trabalho, diferentemente do intérprete. No presente trabalho utilizamos “tradutor-intérprete” segundo a definição apresentada por Quadros (2007), “O Tradutor-intérprete é a pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito, e o Tradutor-intérprete de língua de sinais é a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Atualmente se fala que o intérprete opera com a língua oral e o tradutor, trabalha com a língua escrita”. (QUADROS, p.11, 2007).

⁴ Segundo Foucault (2011), “poderíamos chamar de ‘aleturgia’ o conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento, e dizer que não há exercício do poder sem algo como uma aleturgia” (FOUCAULT, 2011, p.19, 46).

Como tal atitude implica uma certa maneira de estar atento às práticas ao que se passa no pensamento?

Buscando responder a tais perguntas, elegemos a pesquisa narrativa, para entender as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de aprender e usar a língua brasileira de sinais. A partir de suas histórias foi possível analisar fatos, instantes e/ou momentos delas em que os sujeitos consideram o que, para eles, foi decisivo em não só em seguir a profissão de intérprete de Libras como terem uma atitude que não se limita ao ato tradutório.

A escolha desse tipo de abordagem surge do interesse de, a partir das histórias de vida, entender melhor os processos de formação e subjetivação⁵ dos intérpretes entrevistados. Ao utilizar o termo “formação” aplicamos tanto a um conjunto de conhecimentos específicos que são ministrados ou adquiridos, quanto ao uso em especial, e aqui está o motivo de formação de si,

[...] é o que se poderia chamar de “artes da existência”. Estas devem ser entendidas como práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2014, p.193)

Poderíamos perguntar o que motiva, por exemplo, um aprendiz da língua a exercer a função de intérprete para uma pessoa surda. Ou seja, que leva esse aprendiz a acreditar que pode atuar junto a um surdo usuário da língua de sinais? O que leva esse sujeito não surdo a compartilhar o espaço com outros, profissionais, usuários da língua de sinais? O que o subjetiva como intérprete profissional? São estas e muitas outras perguntas que motivam este trabalho.

Contornos teóricos-metodológicos

Em sua dissertação de mestrado, Martins (2008) se utiliza dos estudos foucaultianos para trabalhar as relações de saber e poder na inserção do intérprete de Língua de Sinais na

⁵ No decorrer do trabalho, em vários momentos aplico à formação o conceito de cuidado de si, da estética da existência, técnicas de si. O cuidado de si diz respeito à maneira pela qual cada indivíduo constitui a si mesmo como sujeito de sua própria conduta.

inclusão escolar de surdos. Já em sua tese de doutorado (2013), a autora analisa trajetórias, atuações e relações de ensino com a presente figura do intérprete educacional incluído na dinâmica escolar.

É necessário pensar a função do intérprete na chamada educação inclusiva. É ao cuidar de si, atento ao que pensa e ao que se passa no pensamento que esse profissional pode falar com propriedade sobre a prática educativa perante os educadores, trazendo uma discussão produtiva sobre sua atuação e educação de surdos.

Por isso escolhemos como percurso metodológico desse trabalho inspirados na aula de 5 de janeiro de 1983, de Foucault no curso “*O governo de si e dos outros*” (FOUCAULT, 2011). Na referida aula, Foucault traz a “história do pensamento”⁶, e explica como dois métodos, um que chama de “história das mentalidades” e outro, “história das representações”, estão inseridos na “história do pensamento” (FOUCAULT, 2011, p.4).

Por “história das mentalidades” entende-se que os sujeitos ao se narrarem fazem uma análise dos comportamentos efetivos às expressões que podem acompanhar esses comportamentos, por traduzi-los ou até mesmo justificá-los. Por “história das representações” entende-se a análise do papel que desempenham as representações, ou seja, uma análise das ideologias e uma análise dos valores representativos considerando o que é posto como regra, com um status de verdade, uma referência, uma análise das representações geradas por este conhecimento.

É nesse contexto, que nos voltamos para as práticas dos intérpretes de libras para conhecermos a “história das mentalidades e representações”, quanto a subjetivação do intérprete de libras. Por meio da narrativa foi possível entender as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de aprender e usar a língua brasileira de sinais.

Nas narrativas desses profissionais, nas suas “confissões”⁷, temos as pistas de que suas práticas, suas atitudes os constituem intérpretes. Em “A casa dos loucos”, Foucault (2013,

⁶ E por “pensamento” Foucault queria dizer uma análise do que se poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos, e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. [...] é a articulação dessas três coisas que podemos chamar, creio, de “foco de experiência”. (FOUCAULT, 2011, p.4).

⁷ A “confissão” aqui não é o ritual na busca pela indulgência dos deuses ou juizes, antes, a operação de uma subjetivação (FOUCAULT, 2010, p.325, 326).

p.193) pergunta “se pode haver melhor prova, indício mais seguro do que a confissão do próprio sujeito [...]?”.

É neste ritual de produção que temos de forma acessível apontamentos do objeto permanente de conhecimento e que qualifica um sujeito de conhecimento, uma forma ímpar de produção da verdade. Segundo Foucault,

[...] a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; [...]; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. (FOUCAULT, 2015, p.69)

Para Foucault a confissão é uma das técnicas de si, um dos modos pelos quais o indivíduo pode estabelecer uma relação consigo mesmo e produzir uma série de operações sobre seu corpo, seus pensamentos e sua conduta (FOUCAULT, 1994, p.785).

A escolha por este procedimento teórico-metodológico se dá por ser uma modalidade discursiva da experiência de si, que incita o sujeito a se observar, se dizer, julgar a si mesmo. Segundo Larrosa (1994),

A confissão, tal como o exame em *Vigiar e Punir*, é um dispositivo que integra a produção do saber e a cerimônia do poder, o lugar onde a verdade e o poder confluem. O sujeito confessante é atado à lei e se reconhece a si mesmo em relação à lei. A confissão é um dispositivo que transforma os indivíduos em sujeitos nos dois sentidos do termo: sujeitos à lei e sujeitados à sua própria identidade. [...]. Aprender a ver-se, a dizer-se, ou a julgar-se é aprender a fabricar o próprio duplo. E a "sujeitar-se" a ele. Esse duplo está construído pela composição do eu que vejo quando me observo a mim mesmo, do eu que expresso quando me digo a mim mesmo, do eu que narro quando construo temporalmente minha própria identidade, do eu que julgo quando me aplico um critério, do eu que domino quando me governo. (LARROSA, 1994, p. 79-80)

Utilizamos tais ferramentas a fim de refletir sobre as práticas de subjetivação do profissional tradutor-intérprete e, principalmente quanto ao que o leva a afirmar ter competências para assumir outros fazeres, como ele é conduzido a ser um modelo para outros.

Rituais: produção de si por meio da subjetivação

No ano de 2002, foi assinada a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, a Lei de Libras, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Tal legislação trouxe para o

espaço da escola os intérpretes de Libras que, por sua vez, são indivíduos de diferentes formações, como filhos e parentes de surdos, sujeitos do serviço voluntário em igrejas, entre outros. Todos esses sujeitos trouxeram consigo suas subjetividades, alguns com mais certezas do que dúvidas sobre como proceder no espaço educacional, sendo tal espaço o primeiro de atuação profissional como intérprete de Libras.

Inspirados em Sennett (2012), podemos pensar sobre os rituais de formação dos intérpretes de Libras. Rituais como a aprovação no Prolibras⁸, a entrada nos cursos de Letras/Libras⁹, confere o caráter de espetáculo requeridos para a formação desses profissionais. Assim, uma das formas de constituir-se intérprete de Libras é ser aprovado nesse ritual. Isso torna o sujeito em alguém especial que agora sim tem uma ligação legitimada com o surdo. Estar entre os aprovados faz desse sujeito alguém com *status* de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Segundo Foucault (2014, p.11) “[...] o homem se dá seu ser próprio a pensar [...] quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga [...]”. Quando o sujeito narra sua história o mesmo está a todo o tempo buscando a coerência da mesma, pois a cada momento de sua vida não houve o verdadeiro e o falso, mesmo que tenha pensado assim segundo seus valores, o certo e o errado. Mas, sua história “não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos”, mas a história de sujeito se constituindo “historicamente como experiência” (FOUCAULT, 2014).

Os mecanismos nos quais essas relações se produzem ou medeiam a experiência de si podem ser enumeradas (LARROSA, 1994). O **mecanismo ótico**, o ver a si próprio, é a atividade de autodescrição, olhar para dentro de si, e exteriorizar quem é, o que somente o próprio sujeito vê e não outros. Essa exteriorização pode ocorrer por um procedimento linguístico ou não. O sujeito ao ‘confessar-se’ faz um exame de consciência, tornando-se visível a si mesmo em seu interior.

⁸ O Exame de proficiência é conhecido nacionalmente como Prolibras. – Decreto 5.626/05. Segundo Pereira (2008) ocorreram exames nos anos de 1997 e 2000 realizados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. – (PEREIRA, 2008. P. 16, 22, 67, 68.)

⁹ Letras/Libras – Curso Superior de Letras-Língua Brasileira de Sinais com Licenciatura em Libras e Bacharelado em Tradução e Interpretação. – Decreto 5.626/05.

Na esteira de Foucault (2010, 2015) consideramos importante abordar brevemente a noção de “confissão”. A prática da confissão que a maioria significa, é a confissão como ritual onde a enunciação em si promete ao confessor a purificação, a eliminação de suas faltas, enfim a salvação. Na Antiguidade esse ritual de confissão não existia. Existiam certas práticas, tais como o exame de consciência, e de consulta. Segundo Foucault (2010),

[...] a obrigação que tem o sujeito do dizer-verdadeiro sobre si mesmo, ou ainda, o princípio fundamental de que é preciso o dizer-verdadeiro sobre si mesmo a fim de se estabelecer com a verdade em geral uma relação tal que nela se possa encontrar a própria salvação, pois bem, é algo que de modo algum existiu na Antiguidade grega, helenística ou romana. [...]. Na história do Ocidente, quem é dirigido e quem é conduzido só passará a ter o direito de falar no interior da obrigação do dizer-verdadeiro sobre si mesmo, isto é, na obrigação da confissão. [...] poder-se-ia dizer que nessa direção, na arte de si mesmo grega, helenística e romana, encontram-se (há exemplos) alguns elementos que podem ser dela aproximados ou que um olhar retrospectivo poderia determinar como antecipação da “confissão” vindoura. [...]. Encontram-se também [...] algumas práticas que são afinal exercícios de exame de consciência, práticas de consulta nas quais o indivíduo que consulta está obrigado a falar de si mesmo. [...] Todos esses elementos, porém, parecem-me profundamente diferentes do que chamamos “confissão” no sentido estrito, ou pelo menos no sentido espiritual da palavra. [...]. Confessar é clamar pela indulgência dos deuses ou dos juízes. [...]. Tudo isso se encontra na Antiguidade com esse sentido instrumental. Esses elementos da confissão são instrumentais, não porém operadores. Enquanto tais, não tem valor espiritual. Creio ser este um dos mais notáveis traços da prática de si naquela época: o sujeito deve tornar-se sujeito de verdade. Deve ocupar-se com discursos verdadeiros. É preciso, pois, que opere uma subjetivação que se inicia com a escuta dos discursos verdadeiros que lhe são propostos. É preciso, pois, que ele se torne sujeito de verdade, que ele próprio possa dizer o verdadeiro, que possa dizer a si mesmo o verdadeiro. (FOUCAULT, 2010, p.325, 326)

O “confessar-se” aqui não é o ritual na busca pela indulgência dos deuses ou juízes, antes, a operação de uma subjetivação. É como se se perguntasse “Como me vejo diante dos discursos verdadeiros que me são propostos? O que posso dizer a mim mesmo como verdadeiro?”. Ao responder essas perguntas o próprio sujeito exterioriza quem é, e no uso da linguagem apresenta aos outros o que já se faz presente nele. Desta forma torna visível o seu interior, oferece sua subjetividade, que nada mais é do que o significado do discurso. Essa subjetividade, significado do discurso podemos interpretar como sendo a origem, a referência, mas, poderá também ser um ideal.

Ao convidar para esta pesquisa sujeitos que se narraram, a prática da entrevista, o mecanismo ótico produziu o sujeito que vê e exterioriza, que torna visível o que outros não veem. Usando a analogia de um espelho, a imagem do sujeito que ele vê refletida é a imagem do seu interior. É um autoconhecimento, é como olhar para dentro de si. Esse olhar permite

fazer as escolhas dos “detalhes” que vê, “detalhes” privados, que só o sujeito pode ver, e decidir torna-las visíveis para outros.

Nesse mecanismo ótico, o exame de si mesmo, a confissão, o exame de consciência, o sujeito consegue ver-se no seu interior. Um dos intérpretes viu a si mesmo como alguém que sendo filho de surdos está legitimado como intérprete, o que pode ser considerado perante outros que possivelmente não veem assim, passem a ver que há possibilidade na qualidade do ato interpretativo. Ele diz:

Me entendo como intérprete desde quando eu nasci. Quando com 1 ano, 2 anos, desde quando a minha mãe conversava comigo, porque tudo para mim era conversar. [...]. Essa formação essa coisa, a minha formação, é minha mãe e meu pai. Então assim, eu vim dessa era da formação dos pais assim... (INTÉRPRETE “L”)

Esse narrar-se é apresentar-se como o sujeito se vê e ao mesmo tempo trazendo sua história que foi constituída com o tempo, tempo não linear, mas na dimensão do que ele é para si mesmo. O sujeito é ao mesmo tempo autor de suas histórias, narrador de suas experiências e o personagem delas, constituindo assim sua subjetividade.

Depois eu fui convidada pelo mesmo colega para interpretar no processo seletivo [de uma Empresa] que eram as entrevistas e os testes psicotécnicos, que tinha alguns surdos [...]. Eu fui e a gente começou a interpretar esses testes. [...] a partir de então todas as vezes que existiam treinamentos de integração, psicotécnicos na empresa, sempre era eu e esse colega. Então, ali já era algo oficial, fora do ambiente religioso. Então, já era um trabalho. Mesmo que fosse voluntário, a gente estava lidando com pessoas do mercado de trabalho. Então não era mais o ambiente religioso. A gente foi criando alguns vínculos, as pessoas foram nos vendo como referência na língua de sinais [...]. (INTÉRPRETE “S”)

Para que se possa saber o que eles veem sobre si mesmos, essa ação de olhar para dentro de si pode levar o sujeito ao **mecanismo discursivo**. Nesse processo ótico o que ele vê sobre si, pode fazer parte de sua confissão ou ser omitido. O que será dito será nomeado de acordo com o que deseja confessar. O que o sujeito pode e deve dizer sobre si mesmo requer dar nome aquilo que ele vê e outros não veem. Ele apresenta aos outros aquilo que já se faz presente para ele mesmo.

Um dos intérpretes confessou os contornos que para si são os de um profissional tradutor-intérprete de libras e o que considera ter contribuído para isso,

Já aconteceu de professor na educação superior exigir que eu sáísse de sala de aula. Falar assim, “você não vai interpretar essa prova”. Aí colocou a situação, “ou você sai

de sala de aula ou eu saio”. Então eu falei assim, “fique à vontade de se retirar o meu trabalho é ficar aqui e fazer isso”. (INTÉRPRETE “N”)

Ao expressar-se ele dá a outros a sua subjetividade (quem ele é da experiência de si mesmo, na relação consigo, em quem se constitui por meio de suas práticas). Ao exteriorizar quem é, o significado de seu discurso, o sujeito abre a oportunidade de outros verem o que está oculto e ser revelado pelo discurso. Esse mecanismo discursivo está inseparável do mecanismo ótico, o exame de si mesmo.

Ambos os mecanismos determinam uma espécie de organização ou disposição da subjetividade, ou seja, o que o sujeito pode ver em si mesmo e como, ao dar nome ao que vê, traça seus próprios contornos para aquele momento.

Na comunidade de intérpretes há muitos que nasceram em famílias de surdos, conhecidos como Coda¹⁰ e suas ‘confissões’ indicam que tais relações familiares os atravessam na construção associada a profissão de intérprete. O ver a si mesmo e dizer aquilo que deseja confessar, permite que o mesmo evidencie que sua subjetividade como intérprete é atravessada por essas relações. Esse narrar-se é apresentar-se como o sujeito se vê e ao mesmo tempo trazendo sua história que foi constituída com o tempo, tempo não linear, mas na dimensão do que ele é para si mesmo. Ao contar suas histórias, dá o sentido ao que acontece, dá a si próprio uma identidade no tempo (LARROSA, 1994). O sujeito é ao mesmo tempo autor de suas histórias, narrador de suas experiências e o personagem delas, constituindo assim sua subjetividade.

Então eu vejo que no desenvolvimento da profissão como ela é, [...] eu acredito muito que temos muito o que oferecer. Temos, quando eu falo temos, são os filhos dos surdos mesmo, aqueles que procuraram trabalhar na área, não só filhos de surdo no modo geral. Aqueles filhos dos surdos que seguiram a profissão. Eu acho que tantos os Codas, tantos os... a galera nova aí que estão entrando no Letras Libras, a galera que já fez curso técnico, a galera do Ensino Médio que já buscou alguma formação, eu acho que todo mundo tem o que agregar por conta das experiências que todos já tiveram, e eu estou nesse barco exatamente... eu estou nesse barco querendo ou não por carregar essa marca, essa cruz entre aspas de ser filho de surdo e por estar na academia, [...]. (INTÉRPRETE “D”)

¹⁰ Segundo o sítio eletrônico www.culturasurda.net: “Há algumas décadas, os filhos ouvintes de pais surdos eram referidos – em língua inglesa – por HCDPs (Hearing Children with Deaf Parents – Crianças Ouvintes com Pais Surdos). Nos anos 80, porém, o acrônimo Coda (Child of Deaf Adults) ganhou popularidade, sobretudo pela fundação da organização internacional *Children of Deaf Adults, Inc* (CODA) que, sediada nos EUA, dedica-se à promoção de temas relacionados às experiências de filhos ouvintes de pais surdos, mundo afora. <<http://culturasurda.net/2013/02/01/coda/>> Acesso em 26 de novembro de 2015.

Ao se narrarem, confessaram, enxergam quem são na corrente da história. Analisaram seus comportamentos e aquilo que os acompanha, passaram a selecionar o que faz parte de si, seus papéis, representações, a análise de ideologias, valores, e traduziram, se expondo, em quem se constituem.

O seguinte passo nesse processo é o julgar-se, o **mecanismo jurídico**, pois não lhe é possível estar fora do domínio de valores e normas, que se baseia no bom e no mau, ou nas leis. No decorrer de sua vida o sujeito faz parte de uma trama histórica e nessa relação o mesmo se constitui. Na vida foram-lhe apresentados valores, verdades, seja pela orientação parental, religiosa ou governamental. No momento que o sujeito exterioriza o que vê dentro de si e enuncia ele se julga. Os valores assimilados influenciam suas escolhas do que pode dizer sobre si no momento de seu enunciado.

O mecanismo jurídico possibilita a auto avaliação, de como o ser humano se constitui historicamente como experiência. O exame de consciência que está inseparável do mecanismo jurídico com seus valores morais são as práticas das técnicas de si, que conduzindo o sujeito a ter atitudes que estão em acordo com o que pensa e faz.

Ao narrar o que ele vê em si mesmo e exteriorizar, o sujeito faz uma autocrítica, uma interpretação de si mesmo, atribuindo valores expondo tanto o que considera positivo como negativo nas atitudes tomadas. Não se trata de estabelecer o certo ou o errado, antes apresentar o que para ele é tanto o positivo como o negativo, como valores que levam às ações.

Entretanto, o mesmo está exposto a leis e normas que também o julgam, pois está em sujeição à lei, à norma. Aquilo que o sujeito vê de si mesmo quando se julga, e o que ele expressa em seu discurso é o próprio juízo de si, é sua experiência avaliada, julgada e apresentada segundo ele o autor, narrador e personagem. Os valores assimilados influenciam suas escolhas do que pode dizer sobre si no momento de seu enunciado. Uma intérprete diz que,

[...] naquela época eu não pensava assim, “Agora eu vou trabalhar como intérprete”. Naquela época eu pensava assim: tem um surdo e nós temos que dar conta do que está sendo falado lá para ele. (INTÉRPRETE “S”)

Nesse processo, todos nós nos julgamos e avaliamos. Atitudes são necessárias de nossa parte nas práticas de nós mesmos. Mudanças são pensadas e precisam ser administradas. Isso envolve o domínio de si. Envolve transformação.

Toda a minha prática como tradutor intérprete é sempre aperfeiçoar algo e não cometer os mesmos erros. A gente vê que tem os desafios, os nossos limites, tem nossas falhas, a gente tenta sempre ultrapassar essas barreiras, para que não caia na mesma... [...], uma coisa que eu nunca esqueço para evitar que isso aconteça novamente. Foi que numa falha de tradução, de compreensão, durante uma prova de matemática, era questões muito parecidas, eu expliquei a questão contrário. [...] E os dois alunos [...] não alcançaram uma nota boa, na verdade eram essas duas questões apenas na prova e eles acabaram zerando a prova. E eu percebi que esse erro não partiu da falta de conhecimento do aluno [...]. Foi então que eu procurei a professora e falei com a professora o que realmente tinha acontecido, antes mesmo de ser corrigido. Ela corrigiu assim mesmo, avaliou e deu uma nova chance, para os alunos fazerem uma atividade para pontuar os dez que eles perderam ou que eles poderiam ter alcançado durante a atividade e foi uma experiência que marcou. (INTÉRPRETE “I”)

Pode-se escolher levar uma vida de servidão a nós mesmos e/ou a outros, mantendo as mesmas práticas, ou sermos livres, governando a nós mesmos, nos construindo e reconstruindo.

Em consequência, o sujeito busca certa administração, governo e transformação de si. Os mecanismos ótico, discursivo e jurídico são inseparáveis do **mecanismo da experiência de si**, construção de si ao longo do tempo. Esse mecanismo do dominar-se, ou seja, ações que efetua sobre si mesmo com o objetivo de transformação, dependem de como ele se vê, se expressa e se julga.

Muitos intérpretes buscam administrar a si mesmos, governarem a si mesmos. Os que “confessaram” deram as pistas como suas ações sobre si mesmos objetivam a transformação. Um intérprete ao narrar sua história confessou como durante o processo de ver-se, examinar-se, julgar-se, na relação consigo, governou a si mesmo buscando a construção de si ao longo do tempo. Ao narrar sua experiência/ história como foi se construindo nas suas relações com outros, no caso com alunos surdos.

Como eu já trabalhei em várias escolas, [...] eu sempre tentei me posicionar diante do professor falando das dificuldades do aluno e do qual era realmente o meu papel em sala de aula, até porque tinha aquela questão de achar que o aluno era meu, e eu tinha que esclarecer que o aluno era da escola, o aluno era do professor. (INTÉRPRETE “I”)

[..] o aluno não sabia libras, o menino, eu acho que tinha uns vinte e quatro anos, e não conhecia libras, aí eu falei. "E agora? O que eu faço? Me formei para ser uma intérprete para interpretar a aula toda. E agora?" [...]. Aí eu fiquei pensando. “Será que o intérprete é só isso mesmo? Será que eu só tenho que sentar aqui e só interpretar

mesmo que ele não saiba? Mesmo que ele fique olhando para mim sem eu saber nada?
” Aí eu comecei a inserir dentro da aula, pegava exemplos e tentava ensinar a ele o sinal, [...] até hoje tenho quatro contratos, cinco acho. Eu nunca peguei um professor para adaptar essa aula para o surdo. Nunca. Esse papel foi transferido praticamente tudo para mim, todos os processos, porque o professor ele não adapta. (INTÉRPRETE “R”)

Em suas narrativas viram quem são, um outro “eu” e algo precisou ser feito. Nesse momento, entra outro **mecanismo, o prático**.

Por fim, o que o sujeito pode fazer consigo mesmo, o que pode fazer de prático? O intérprete é o sujeito, do “eu” que vê quando se observa e expressa a si mesmo, do “eu” quando se narra construindo sua identidade, quando se julga ao aplicar uma norma ou lei e quando se governa. O intérprete que se vê quando se observa e expressa a si mesmo e constrói uma identidade moldada segundo critérios, produz uma projeção de outro que ele interpreta sendo ele mesmo. Esse duplo construído somente pode ser entendido na disposição de autogoverno, um *cuidado de si*.

Esse sujeito ao aprender a dominar, a governar e a conduzir a si mesmo, dá às ações uma forma, uma direção, um sentido. É a possibilidade de formar e dirigir forças, capturar e orientar condutas, é minimizar sua desordem. Nas “confissões” dos intérpretes de língua brasileira de sinais, podemos concluir que o sujeito é produto da sua relação consigo mesmo.

[...] depois de dez anos eu saí [da Empresa] em dois mil e quinze, e fui para professora substituta do curso de Letras-Libras, um curso que é bacharelado com ênfase em tradução, ou seja, o curso que eu me formei. Então pensando nos meus estudos, no meu crescimento eu decidi largar a [Empresa] e as disciplinas do curso de letras são da área de tradução que é a área que eu me identifico e o que eu gosto. Essa minha experiência [na Empresa] foi muito boa nas minhas práticas em sala de aula, porque os meus alunos todos eles são da área educacional. Então eu pude mostrar com os relatos de minhas práticas outras possibilidades de atuação. E essas questões de trabalho de colaboração, de parceria que tem que ser feito mesmo na área educacional. Porque você é conhecido como especialista na área. [...] agora estou tentando o mestrado, e junto com isso eu fiz um concurso para o IFES. [...] eu tomei posse, [...] estou trabalhando no IFES e eu já encontrei várias questões interessantes demais. (INTÉRPRETE “S”)

Não existem dois “eu”, um real e outro falsificado. Há um sujeito em um conjunto de relações consigo mesmo. A experiência de si não depende de um “eu” original e de um “eu” duplicado. A experiência é o que acontece entre eles, entre o que constitui e transforma ambos.

Os intérpretes de libras ao trazerem sua experiência/ história não reivindicam a universalidade do que é justo, correto e verdadeiro, antes problematizam, pondo em jogo seu

ofício. O intérprete de libras é sujeito de produção da verdade, participando na formação de uma vontade política, desempenhando seu papel de cidadão.

O intérprete passa a poder dizer com propriedade o que pensa e vive, mesmo que isso lhe custe algo. “A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito” (FOUCAULT, 2010, p.15, 16).

Conclusões

Neste trabalho por meio das histórias de vida, relatos orais e depoimentos, os sujeitos deixaram pistas claras a respeito de suas formações e de suas subjetivações enquanto intérpretes de libras. Este trabalho não objetivou uma coletânea de experiências pessoais para determinar o certo e o errado, ou um capítulo de receitas para os profissionais na área de tradução e interpretação na língua brasileira de sinais e nas suas relações com surdos, para tentarem fazer igual. Cada um tem que usar os mecanismos que medeiam a experiência de si.

Por meio das histórias de vida, relatos orais e depoimentos, os sujeitos que narraram sua vida permitiram-nos ver como se subjetivam intérpretes de libras nos vários rituais de legitimação. Os mecanismos ótico, discursivo, moral, de transformação e de condução contribuíram para entender como se veem, narram, julgam, transformam e se conduzem.

Ao trazer o assunto sobre os intérpretes de libras neste trabalho, busca-se olhar possibilidades sobre tais indivíduos na área da educação. Todos que estão nesse jogo são levados a refletir sobre as práticas de subjetivação e, com isso, entender a possibilidade de sujeitos de ação na direção de suas consciências. Tais profissionais vão construindo um saber que lhes possibilita estabelecer verdades e, assim, exercer um poder.

Ao concluir, porém sem esgotar a discussão, enfatizamos que não negamos, nem nos contrapomos a ordem discursiva da inclusão, não rejeitamos ou criticamos o que está sendo feito, tampouco os profissionais envolvidos. Buscamos os porquês, os efeitos das práticas e ações que ordenam esse processo, que são necessárias, e como os profissionais envolvidos podem, no presente, trazer um outro olhar para aquilo que está posto como verdades, apresentado como receitas, que acreditam, resolverão as questões na educação dos surdos.

Referências

BRASIL. Lei de nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 08 de julho de 2016.

FOUCAULT, M. A casa dos loucos. In: _____. *Microfísica do poder*. 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

_____. *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*; tradução Eduardo Brandão – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. 3ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos / Michel Foucault; organização de Nildo Avelino. – São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achiamé, 2ª. ed. revista e ampliada, 2011.*

_____. *Estratégia, poder-saber*. Col. Ditos e Escritos IV. Paris: Gallimard, 1994d.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – 2ª ed. São Paulo: Edição Paz e Terra, 2015.

_____. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. – 14ª ed. Graal. 1ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. O uso dos prazeres e as técnicas de si. In: _____. *Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Col. Ditos e Escritos V. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 39. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

LARROSA, J. “Tecnologias do eu e educação”. In: Silva, Tomaz Tadeu. *O sujeito da educação*. Petrópolis: Vozes, p.35-86, 1994.

MARTINS, V. R. O. Educação de surdos no paradoxo da inclusão com intérprete de língua de sinais: relações de poder e (re)criações do sujeito. 2008. *Dissertação (Mestrado em Educação)* Universidade Estadual de Campinas, SP, 2008.

_____. Posição-Mestre: Desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. 2013. *Tese de Doutorado em Educação*. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2013.

PEREIRA, M. C. P. *Teste de proficiência linguística em língua de sinais: as possibilidades para intérpretes de Libras*. 2008. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada. 2008. 180 p.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa* / Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC; SEESP, 2007. 2ª ed.

SENNETT, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.